

**LEI Nº 148/98**

**DE 07 DE ABRIL DE 1998**

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CONSELHO MUNICIPAL, CONSELHO TUTELAR E FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

**O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso,** Sr. Raimundo José de Oliveira , no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

## **Título I**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, normas gerais para sua adequada aplicação , bem como sobre regulamentação do sistema institucional de apoio à formulação e execução da referida política

**Parágrafo Único** – Esta Lei aplica-se no âmbito público, aos órgãos e entidades municipais da Administração direta e indireta e fundacionais e, fora dele, à população e entes representativos da sociedade civil organizada e às entidades de atendimento arroladas no artigo 10 da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990.

**Art. 2º** - A proteção integral à criança e ao adolescente, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pela Lei Federal nº 8069/90, será assegurada através das ações de todos os órgãos da Prefeitura de Salto do Céu, por meio de programa, projetos e atividades regulares e especiais, mobilização da comunidade, da sociedade civil organizada, das entidades filantrópicas e privadas, dos governo Federal e Estadual e de cidadão.

**Art. 3º** - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Salto do Céu será precedido da elaboração de programa específicos, com a respectiva previsão dos recursos necessário, observando-se sempre as limitações financeiras da prefeitura.

**Art. 4º** - Aos que dela necessitarem, será prestada assistência social em caráter supletivo.

**Art. 5º** - A Secretaria Municipal de Ação Social, observado o que dispõe o artgo III desta Lei, compete articular-se, no que couber, com as secretarias Municipais para oferecer à criança e ao adolescente os serviços relativos à:

**I** – Educação, cultura, esporte e lazer;

**II** – Saúde, em todas as suas fases e modalidades;

**III** – Profissionalização ;

**IV** – Suplementação nutricional;

**V** – Orientação psicossocial para o menor e sua família;

**VI** – Serviços complementares que ajudem à plena realização das políticas previstas na legislação.

**Parágrafo Único** – A Secretaria Municipal de Ação Social deligenciará para obtenção do apoio integral do Poder Judiciário no que for necessário para ajuda e proteção a criança e do adolescente.

## **Título II**

### **Da Política de Atendimento**

#### **Capítulo I**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 6º** - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será efetivada através dos seguintes órgãos e providências:

**I** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adoslescente;

**II** – Conselho Tutelar da criança e do adolescente;

**III** – Da integração de todas as dotações destinadas ao atendimento a criança e ao adolescente em funções, programas, projetos e atividades claramente identificadas no **orçamento municipal**.

#### **Capítulo II**

##### **Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

##### **Seção I**

##### **Da Criação e Natureza do Conselho**

**Art.7º** - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – **CMDC** – como órgão consultivo, deliberativo, recursal e controlador da política de atendimento à infância e adolescência no município de Salto do Céu.

## **Seção II**

### **Da Competência do Conselho**

**Art. 8º** - Compete ao Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente:

**I** – Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação de recursos;

**II** – Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescente, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizam;

**III** – Apresentar as prioridades a serem incluídas no planejamento do município, em que tudo se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescente;

**IV** – Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no município, que possa afetar as suas deliberações;

**V** – Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

- a) Orientação e apoio sócio – familiar ;
- b) Apoio sócio – educativo em meio aberto;
- c) Colocação sócio – familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade Assistida;
- f) Semi liberdade
- g) Internação e demais normas contidas na Lei nº 8069/90

**VI** – Registrar os programas a que se refere o inciso anterior da entidades governamentais que operem no município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo estatuto;

**VII** – Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

**VIII** – Instaurar, de ofício, ou por propositura do coordenador do Conselho Tutelar, processo administrativo para apuração de falta cometida por membro do Conselho tutelar que poderá implicar em destituição da função.

### **Seção III**

#### **Dos Membros do Conselho**

**Art. 9º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 06 ( seis ) membros, com mandato de 03 (três) anos, permitindo-se uma única recondução, sendo:

**I** – 03 (três) membros representando o município, indicados pela Prefeitura municipal;

**II** – 03 (três) membros indicados pelas organizações não governamentais como: Igrejas, sindicatos e Associações, etc.

**Art. 10º** – A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerada.

**Art. 11º** – Fica criada a Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constituída por um secretário e funcionários cedidos pela municipalidade, nos termos do Regimento Interno , podendo entretanto, a critério do Chefe do Poder Executivo, serem as funções da referida Secretariae executadas por unidade já existente na Secretaria Municipal de Ação Social.

**Parágrafo Único** - À Secretaria Executiva compete executar os expedientes e instruir os processos para serem submetidos à aprovação do plenário municipal do Conselho Municipal, em vista às diretrizes da Política Municipal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **Capítulo III**

#### **Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**Art. 12º** – fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como capador e aplicado de recursos a serem utilizados segundo deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado. Esse fundo será regulamentado através de resolução expedida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

### **Capítulo IV**

#### **Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente**

#### **Disposições Gerais**

**Art. 13º** – Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, que será estabelecido no município de Salto do Céu, pelo Poder Executivo Municipal de acordo com o dispositivo nesta Lei.

**Art. 14º** – O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros titulares e 03 (três) suplêntes, com mandato de 02 (dois) anos permitida uma recondução, observando o processo instituído nesta Lei.

**Art. 15º** – A função de Conselheiro Tutelar será remunerada no valor de R\$ 180,00 ( Cento e Oitenta Reais ) mensa, os reajustes serão definidos em Lei, a remuneração servirá para cobrir despesas com o cargo ocupado em horário normal de expediente, inclusive nos dias de plantão.

**Art. 16º** – Para o exercício da função de membro do Conselho Tutelar são requisitos indispensáveis:

**I** – reconhecida idoneidade moral;

**II** – idade superior a 21 (vinte e um ) anos;

**III** – residir no município;

**IV** – reconhecida experiência profissional no trato com crianças e adolescente no mínimo de 02 ( dois ) anos.

**Art. 17º** - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes, sogro e genro, ou nora , irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho , padrasto ou madrasta e enteado.

**Parágrafo Único** – Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

**Art. 18º** – Para o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, O Conselho Tutelar, investido de suas prerrogativas, atenderá a qualquer violação de direitos, independentemente de local ou hora.

**I** – O Conselho é inviolável por sua palavra e ação no exercício da função do mandato e na circunscrição do Conselho Tutelar.

**II** – O Conselho será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas no exercício da função a ( ou mandato).

**III** – No exercício da função, o Conselheiro terá livre acesso a entidades governamentais e não governamentais referidas no artigo 90 da Lei 8069/90, a área sob

Jurisdição do respectivo Conselho Tutelar, onde se registre conflito ou em que o interesse de Crianças e Adolescente estejam ameaçados.

**Parágrafo Único** – Sempre que o interesse de Criança ou Adolescente esteja em risco, o Conselho deligenciará, junto à entidade Governamental ou não Governamental que desenvolvem programas de proteção Sócio-Educativo, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis.

**Art. 19º** – O conselho Tutelar da infância e da adolescência tem competência, composição e atribuições definidas na Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1990, sem prejuízo de outras estabelecidas nesta Lei.

**Parágrafo Único** - Incluem-se ainda, entre as atribuições do Conselho Tutelar do Município de Salto do Céu encaminhar os casos de:

- a) Adolescentes grávidas ou mãe em risco;
- b) Crianças e adolescentes envolvidos com prostituições;
- c) Crianças e adolescente usuários de drogas;
- d) Crianças e adolescentes, vítimas de discriminação de classe social, raça, sexo, idade e religião.

**Art. 20º** - Os recursos orçamentários municipais para eleição e funcionamento do conselho serão colocados em rubrica própria na Lei Orçamentária, de acordo com as normas que regem a gestão de contas públicas.

## **Capítulo V**

### **Da Escolha dos Conselheiros**

**Art. 21º** – O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será regulamentado nesta Lei, cabendo ao Conselho Municipal de Direitos das Crianças e Adolescente, expedir resoluções sobre seu procedimento a ser adotado quando necessário.

**Art. 22º** – Os conselheiros serão eslhidos mediante prova de seleção dos candidatos que preencham os requisitos legais, precedido de preparação e capacitação.

**Art. 23º** – O Conselho Municipal dos Direitosmda Criança e do adolescente indicará a comissão de seleção do Conselho tutelar que fará publicar edital convocando os interessados a se inscreverem.

**Art. 24º** – O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será também o Presidente da Comissão de seleção que trata o artigo supra, cabendo-lhe:

**I** – Baixar portarias regulamentando o processo de seleção aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

**II** – Comunicar todos os atos da comissão ao Ministério Público .

**Art. 25º** – Os Conselheiros selecionados serão empossados pelo Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDMCA, até quinze dias após a seleção e no prazo máximo de trinta dias, a partir do ato da posse, o Conselho Tutelar será instalado pelo Prefeito.

**Art. 26º** – Os Conselheiros se reunirão uma vez por semana para referendar as atividades de seus membros e tomar decisões que lhes sejam pertinentes com o número mínimo de dois membros.

**Parágrafo Único** – O tempo de mandato é contado de forma ininterrupta, seja ele exercido por titular ou suplente, não sendo admitido prorrogação à qualquer título.

**Art. 27º** – o atendimento será feito individualmente por, Conselheiros Ad-Referendum do Conselho à execução dos casos abaixo, quando o Conselho designará sempre mais de um de seus membros para cumprimento das seguintes atribuições:

**I** – Fiscalização de instituições;

**II** – Pareceres para registro de instituições e programas;

**III** – Iténs VI, IX, e X do artigo 136 da Lei nº 8069 de 13/07/90.

**Art. 28º** – No atendimento da população é vedado ao Conselho:

**I** – Expor criança ou adolescente a risco ou pressão física ou psicológica;

**II** – Quebrar sigilo dos casos a se submetidos, de modo que envolva dano à criança ou adolescente;

**III** – Registrar conduta coersitiva para criança e adolescente;

**IV** – Interrogar criança e adolescente.

**Parágrafo Único** – A infrigência aos dispositivos fixados neste artigo implicará cassação do mandato do Conselheiro pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDC.

**Art. 29º** – A perda do mandato do Conselheiro será decretada, após o devido processo legal quando:

**I** – For condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção;

**II** – Da suspensão ou perda dos direitos políticos decretados pela Justiça Eleitoral;

**III** – Descumprir a jornada de trabalho, os prazos e as tarefas que forem combinados.

**Parágrafo Único** – Verificada a hipótese prevista no inciso I, o CMDC declarará vago o posto de conselheiro, dando posse imediata ao suplênte para término do mandato.

**Art. 30º** – Os suplêntes serão convocados para o exercício provisório do mandato em casos de impedimento legal do titular por mais 30 (trinta) dias, e pelo tempo que durar o impedimento.

**Parágrafo Único** – Caberá ao Conselho Tutelar, nos casos de impedimento legal inferior a 30 (trinta) dias de algum de seus membros, tomar medidas que não prejudiquem seu funcionamento

**Art. 31º** – Qualquer pessoa, particularmente crianças ou adolescentes podem Ter acesso às sessões do Conselho para exposição de denúncias.

## **Capítulo VI**

### **Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 32º** – Compete ao Conselho Tutelar elaborar o seu regimento Interno, que será aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da criança e do adolescente.

**Art.33º** – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 087/94 de 29 de Junho de 1994 e 098/95 de 13 de Março de 1995.

**Art. 34º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo em Salto do Céu – Mt, 07 de abril de 1998.